



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 10 DE NOVEMBRO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Boa tarde a todos e todas. Muito obrigado pela presença nesta audiência pública.

Na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 30ª Audiência Pública semipresencial do ano de 2022.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência vem sendo publicada diariamente desde o dia 17 de outubro de 2022, no *Diário Oficial da Cidade*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 27/10/2022 e poderão ser feitas de forma presencial com os secretários da Comissão.

Esta audiência pública é para debater acerca da permanência dos moradores da comunidade Vila Nova Esperança, situada na região do Butantã, conforme Requerimento 4022, de autoria do Vereador Antonio Donato, aprovado na reunião ordinária do dia 19/10/2022, pela comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Foram convidados para esta audiência: a Secretaria Municipal de Habitação, Sr. João Siqueira de Farias, representado pelo Sr. Ricardo Luiz Alvarez Ferreira, da coordenadoria de Regularização Fundiária, a quem chamo para compor a mesa; Sr. Silvio Vasconcellos, Presidente do CDHU, representando pelo Sr. Ademir Marin; Dr. Arthur Antonio Tavares Moreira Barbosa, Promotor da Promotoria de Habitação e Urbanismo, representado pela Dra. Karina Keiko Kamei, Promotora de Habitação e Urbanismo, que está presente de forma virtual; Dr. Jorge Roberto Mamede Masseran, da Promotoria do Meio Ambiente, que declinou do convite enviando um ofício, dizendo que não poderia estar presente; Dr. Luiz Eduardo Medeiros Grisolia, Juiz de Direito da 8ª Vara da Fazenda, que nos informou por *e-mail* que não virá; Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, representado pela Dra. Juliana, a quem convido para fazer parte da Mesa;

Sra. Maria de Lourdes Andrade Silva, da Associação Independente Vila Nova Esperança do Butantã, a quem convido para compor a Mesa; representantes do Tribunal de Contas do Município e do Estado de São Paulo que, infelizmente, não puderam estar presentes; professora Andrea Lampis, da USP, que tem um trabalho de acompanhamento dessa comunidade, por favor, tome assento nesta Mesa; também o Sr. Nilcio Regueira Dias, Secretário de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Taboão da Serra, representado pela Dra. Luciana Bedeschi, que não está presente até o momento.

A presente audiência pública surge de um apelo de vários moradores que nos procuraram, em função da notícia de um processo judicial que a gente vai discutir e uma ação do CDHU, no sentido de que as famílias adiram a algum projeto habitacional do CDHU e, a partir daí, sejam removidas dessa área.

A gente sabe que é uma questão complexa, mas acredita que sempre é possível encontrar um caminho de conversa, de debate. Primeiro, que possa pôr todo mundo na Mesa, por isso o espírito dessa reunião é o de ouvir todos, inclusive os moradores presentes. A palavra vai estar aberta, é só se inscrever para fazer uso da palavra.

Primeiro, vamos ouvir nossos convidados. Em seguida, vamos abrir a palavra à população, para tentarmos encontrar algum caminho que possa oferecer a melhor solução possível, do ponto de vista da população.

Como a ação que dá origem a essa situação, neste momento, parte do CDHU, acho que seria de bom tom começar pela fala do CDHU, para que ele colocasse qual a situação e quais as motivações que levam o CDHU a agir neste momento.

Sr. José Carlos Macruz está com a palavra.

O SR. ADEMIR MARIN – Boa tarde, Presidente.

Apenas fazendo uma retificação: com a palavra estou eu, Ademir Marin; José Carlos Macruz é o nosso chefe de gabinete, que adotou as medidas necessárias para a nossa participação junto às entidades. Está aqui comigo a Candelária Maria, que atua na CDHU, responsável para área de regularização fundiária. No mais, reitero meu boa tarde a todos e a

todas, em nome próprio e do nosso presidente Silvio Vasconcellos.

Como o nosso Vereador Antonio Donato disse, é sabido de todos que existe uma ação judicial, tendo por objeto a remoção, com a desocupação da área pela comunidade ali existente. O problema é que essa ação não se restringe a isso. Essa ação também determinou diversas outras medidas, em face não só à CDHU, como também em face do Estado; envolveu também a Codasp à época.

Na verdade, o que se pretende, o que ficou definido na decisão judicial é que fossem tomadas medidas de recuperação da área pelos eventuais danos que tenham sido causados, a proteção dessa área, a desocupação de toda e qualquer construção ali existente.

Depois, em sede de recurso, o Tribunal de Justiça, no primeiro acórdão, até chegou a ampliar um pouco a condenação imposta em primeira instância, no sentido de que aquela área fosse tombada.

O fato é que não obtido sucesso pela Fazenda, nem pela CDHU, no âmbito judicial, quando se iniciou o processo de execução desse julgado, houve por bem fazer um acordo, um instrumento de transação com o Ministério Público - instrumento já devidamente homologado pelo Judiciário -, no qual foram estabelecidas algumas condutas a serem adotadas pela CDHU, Codasp, Estado.

Se me permitem, vou ler, rapidamente: o Estado se comprometeu, num primeiro momento, em adotar as medidas no sentido de promover no trecho da ocupação de Vila Nova Esperança no município de Taboão da Serra que em princípio não estava albergado pela ação do Ministério Público especificamente, mas essa medida seria necessária porque uma medida subsequente, uma obrigação subsequente seria transformar toda aquela área em parque. O Estado também se obriga a adquirir algumas áreas limítrofes à área de titularidade da CDHU também destinada ao parque, a construir, no prazo de três anos, desde então – esse acordo foi celebrado no ano de 2013 -, empreendimentos habitacionais para acolher as famílias que seriam removidas na época dessa ocupação. E, no final de tudo, incorporar não só a área que viria a ser desocupada, mas também as áreas adquiridas e todas as áreas adjacentes localizadas ao

sul do imóvel da área de terreno de titularidade da CDHU ao parque que já havia sido criado por decreto na área que se referia até aquele momento apenas na propriedade da CDHU.

Na época da edição do decreto que criou esse parque, de fato a ocupação existente ficou fora das linhas do parque, mas já havia o compromisso de que no futuro essas áreas todas seriam incorporadas ao denominado Parque Tizo. Pois bem. Essa obrigação, juntamente com outras obrigações assumidas pela CDHU em diversas outras ações de toda natureza, não só judiciais - inclusive aquelas que hoje geram um passivo para a Companhia, consistente na concessão de auxílio moradia provisório, concedido àqueles que eventualmente tenham desocupado áreas de risco ou que estavam ocupadas de forma inadequada -, a CDHU tem, ao longo do tempo, tentado criar condições para diminuir e reduzir esse passivo tanto financeiro como obrigacional porque a qualquer momento mesmo num caso como esse, em que temos apenas um acordo, ainda sem qualquer desocupação e sem qualquer ônus financeiro neste momento, a qualquer momento poderá ser exigida multa em face da CDHU pelo descumprimento do acordo, onerando ainda mais os cofres da companhia.

Pois bem. Para enfrentar essa situação, para poder cumprir essas obrigações, uma das modalidades que se previu, através de um programa executado em conjunto com a Secretaria da Habitação, é por meio de um novo programa instituído recentemente denominado Carta de Crédito Associativo. Por esse programa, a Secretaria de Habitação lançou, lá no final de 2021, um edital de credenciamento voltado a toda Região Metropolitana de São Paulo com o objetivo de credenciar projetos e empreendimentos que sejam passíveis de destinação a essa faixa da população, à população de menor renda, de forma que, por meio da chamada Carta de Crédito Associativo, todas as famílias que hoje são beneficiárias de Auxílio Moradia, ou mesmo aquelas famílias que necessitem de um atendimento habitacional adequado, possam ser atendidas de maneira definitiva por meio desse programa.

E como ele se dá? O responsável pelo projeto, que nós chamamos aqui de agente promotor, se constitui na forma de incorporador; e o Estado, no caso, Secretaria da Habitação, com recursos do FPHIS, e a CDHU, na condição de agente financeiro desse programa, promove

a contratação, com esse agente promotor, da compra e venda das unidades em nome de cada uma das famílias que serão atendidas e concede o financiamento dessas unidades.

É claro que, por se tratar de um público de menor renda, caracterizado como de interesse social, esse não é um simples negócio de mercado, não se trata aqui de uma operação de financiamento pura e simples como se observa no mercado. Para isso, existe uma carga significativa de subsídios, ou seja, de recursos não retornáveis, que são concedidos diretamente pela Secretaria da Habitação, Casa Paulista, e que compõem os recursos do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social.

Muito bem. Quando verificadas quais os passivos hoje existentes, quais as demandas existentes e quais os empreendimentos que se situam o mais próximo possível dessas localidades que devem eventualmente ser objeto ou de reintegração de posse ou de remoção, esses empreendimentos são analisados, são credenciados, são verificadas todas as condições técnicas e financeiras – se permitem ou não a inclusão desses empreendimentos no programa -, porque é óbvio que essas unidades habitacionais têm um teto, um limite de valor; e, preenchidas essas condições, cada empreendimento é apresentado para o público alvo a que se destina.

E não foi diferente no caso do Nova Esperança. Localizou-se no âmbito da Secretaria, apresentou-se como interessado o Empreendimento Raposo, ele foi analisado, foi aprovado; e, a partir daí, as famílias que foram as primeiras indicadas para residirem nesse empreendimento foram as do Vila Nova Esperança. Qual é o problema aqui com relação à urgência? Esse empreendimento ainda não está pronto para ser ocupado, ele ainda está em fase, como é chamado, da planta e será construído, essas unidades habitacionais serão produzidas ao longo, conforme se estima, de 18 meses, podendo chegar até 24 meses nos moldes da Lei de Incorporações Imobiliárias.

O que temos a partir daí? Para que essa ação, para que esse projeto possa ter continuidade, é necessário que todos os contratos de compra e venda das unidades, de concessão de financiamento estejam desde já assinados. Por força da Lei 4.591, o

empreendedor inicia a construção, a produção desse empreendimento. Aí, ele tem um prazo para concluí-lo; e, se não concluir no prazo que ele fixou, está sujeito a multas, a uma série de gravames. Então, não se trata aqui de pressa, trata-se apenas da execução normal dentro tempo necessário, do tempo legal para que esse projeto, para que esse programa tenha continuidade.

É preciso destacar ainda que nós estamos nessa área com essa decisão, com esse acordo firmado. Não vislumbramos outra forma melhor de atender à determinação judicial e conferir moradia adequada para as famílias que ali estão. E no tempo que já se faz demasiado, diga-se do que é essa proposta, do que é esse projeto na forma como ele veio. Do que temos ali, é possível ter uma alternativa, nós não vislumbramos. Por quê? Porque aquela é uma área de proteção ambiental. A ação judicial, à época em que foi proposta, tinha dois objetivos principais. O primeiro era evitar, impedir que se desse qualquer destinação para aquela área; e o segundo objetivo principal, dentre outros, era promover a recuperação daquela área, o que passa necessariamente pela sua desocupação de pessoas, construções etc.

Houve até no passado uma proposta para que se promovesse ali a urbanização. A CDHU chegou a pensar, chegou a propor isso, mas foi recusado na época pelo Ministério Público do Meio Ambiente. Não foi uma alternativa aceita. Diante disso, diante desse quadro e principalmente por essa proteção ser concedida em razão das características de Mata Atlântica daquela região, não vislumbramos grandes possibilidades de manutenção ou de permanência da população ali existente.

Em síntese, era isso o que nós tínhamos a expor a respeito dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Ademir Marin.

Quero registrar a presença da Vereadora Ely Teruel, membro desta Comissão, assim como da Vereadora Silvia da Bancada Feminista e também do Vereador Thammy Miranda, que acompanha esta audiência pública.

Gostaria que a Dra. Juliana, que é advogada da Associação e acompanha essa ação, pudesse se manifestar também.

A SRA. JULIANA LEMES AVANCI – Boa tarde.

De início, eu gostaria de agradecer a iniciativa de convocação desta audiência pública, ao Vereador Thammy, ao Vereador Donato, à Vereadora Silvia também agradecer pela presença.

Tem sido um anseio da Vila Nova Esperança há muito tempo ter essa oportunidade de ser ouvida e para tratar desses empecilhos que têm sido colocados em relação à permanência de uma comunidade que existe desde a década de 70. Nós não estamos aqui falando de uma ocupação recente, estamos falando de uma área que já tem uma longa data de permanência nesse local.

Não gostaria de perder o tempo de minha fala nesse sentido, mas a partir do que trouxe a CDHU, eu gostaria de apontar uma questão. No nosso entendimento, o acordo parte de um erro por parte dos atores envolvidos no que hoje gera o TAC, esse acordo que em tese precisa ser cumprido. Vou gastar um tempinho aqui para ler um trecho do acórdão que foi proferido nesse processo, nessa ação civil pública, e esse acórdão transitou em julgado; ou seja, não houve uma nova decisão judicial que modificasse o teor desse acórdão.

Para que todos aqui compreendam um pouco do que estou falando, quando houve a sentença nessa ação civil pública, houve de fato uma proibição, ali, da permanência das pessoas no local, inclusive uma proibição de medidas a serem adotadas naquela área. A CDHU e as outras rés nesse processo recorreram, e o Tribunal reformou essa decisão. Então, aqui, um trecho muito curto em que fala o Tribunal: “As rés têm razão em parte ao reclamar da extensão da obrigação de não fazer, consistente em não promover o parcelamento do solo, não promover construção, edificação ou semelhantes, salvo aquelas imprescindíveis à conservação. A proibição envolve ato ou fato futuro e impede a legítima atuação da Administração”. Aí, depois, ao final, fala o seguinte: “Ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica”. Dispondo, o Parágrafo único: “Excepcionalmente a supressão da vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica poderá ser autorizada, mediante decisão motivada do órgão estadual competente, com anuência prévia do Ibama e informando-se ao Conama, quando

necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, mediante aprovação de estudo e relatório de impacto ambiental. O artigo 2º estabelece precauções, e demais artigos cuidam de proibições e procedimentos para autorização de supressão de vegetação”.

Enfim, concluindo essa parte.

O Tribunal fala o seguinte: “A proibição imposta na sentença extravasa o que diz a lei, e nega à Administração e ao cidadão o exercício de atividade permitida, qual seja, a apresentação de projetos e a sua livre apreciação pela Administração – no caso, Dprn, Ibama e Conama. O juiz pode impedir que façam se o que foi autorizado conflita com a lei, mas não pode impedir que o cidadão peça, nem que a Administração aprecie o que foi pedido. A proibição inserida na sentença é por demais ampla e deve ser desenhada de modo a conformar-se à lei. Para esse efeito, tão somente o recurso das rés é provido em parte, anotado que o relator sorteado lhes negava provimento”.

Enfim, trouxe um trecho muito curto desse acórdão desse processo judicial que discutimos, e que, hoje, impulsiona a remoção da Vila Nova Esperança, para dizer que, desde então, embora a Associação nunca tivesse sido ouvida como parte nesse processo, e sempre tivesse tentado fazer parte desse processo para que a vontade dos moradores fosse considerada, diversas medidas foram adotadas nesse meio tempo.

A Associação entrou com um pedido de regularização fundiária à Prefeitura de São Paulo. Existe um processo de regularização fundiária na Prefeitura de Taboão. E, nesse meio tempo, essa área foi gravada como ZEIS1, ou seja, no olhar do Poder Público Municipal, a quem compete discutir sobre parcelamento, edificação e construção numa área – a competência é municipal também –, foi avaliado que há uma possibilidade de permanência. Aliás, a área tem essa finalidade, tem essa vocação. Então isso vem de um estudo por parte do Poder Público Municipal. Só que nunca quaisquer dessas questões foram levadas em consideração. O grau de consolidação da Vila Nova Esperança nunca foi levado em consideração, entre os atores que fazem parte desse acordo.

Então, hoje, mesmo entendendo que temos algumas limitações de ordem jurídica, mas elas são possíveis de serem superadas se houver essa disposição, uma vez que os atores envolvidos nesse acordo – do qual a Associação não faz parte e os moradores não foram ouvidos; se houver vontade por parte desses órgãos públicos de compreender que a permanência dos moradores não leva a uma degradação ambiental. Pelo contrário, nos últimos anos, a Associação e os moradores têm feito medidas que deveriam estar sendo executadas pelo Poder Público. Então, quem faz a limpeza da área são os moradores, quem faz a seleção de lixo são os moradores, quem faz o replantio são os moradores, quem desenvolveu uma horta comunitária e tem adotado medidas de sustentabilidade são os moradores. Então o que colocamos em discussão, junto com todos os presentes, é que seja revista essa proibição de permanência dos moradores. Hoje, o principal fator que poderíamos considerar como um fator que contribui para a degradação ambiental é a falta de saneamento, que é uma luta antiga dos moradores para que seja regularizado; mas até hoje não foi, o esgoto não foi regularizado até hoje. Eles conseguem adotar medidas próprias para tratamento dos resíduos – mas não é o Poder Público que está fazendo.

Para encerrar a minha fala, eu gostaria de reforçar que os moradores se sentem pressionados a fazer essa saída da área, mesmo sabendo que a CDHU trouxe, com uma boa intenção, uma alternativa de empreendimentos, porque aquele inicial realmente não atende nem um pouco a necessidade dos moradores. Mas hoje eles se sentem pressionados a aderir a uma proposta de remoção da vila, porque a vontade dos moradores, já declarada reiteradas vezes em assembleia, é a permanência; a busca dos moradores é pela regularização.

Era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Dra. Juliana.

Registro a presença da Dra. Luciana Bedeschi e da Sra. Claudimara Pante, a Secretária em Exercício da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Taboão da Serra. Obrigado pela presença.

Passo a palavra ao Prof. Andrea Lampis, que estuda essa ocupação e que vai fazer

uma rápida apresentação.

O SR. ANDREA LAMPIS – Boa tarde, Vereador Donato, Sras. e Srs. Presentes à Mesa, Sras. e Srs. Vereadores da comunidade.

Quero saudar, em nome do Instituto de Energia e Ambiente, do Prof. Bermann, que coordena do projeto ao qual pertencemos. Saudamos todas e todos os presentes nesta audiência pública.

Meu nome é Andrea Lampis, sou um pesquisador italiano que trabalho no Instituto de Energia e Ambiente. Representamos um grupo de pesquisa em governança da energia, vinculado ao Instituto de Energia e Ambiente, como eu disse, sob a Coordenação do Prof. Célio Bermann.

Conduzimos nesse momento um estudo sobre o caso da pobreza e vulnerabilidade energética na Vila Nova Esperança, em parceria com a comunidade, com o financiamento da Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo –, Processo 098724.

Agradecemos, particularmente, ao Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, Paulo Frange, e ao Vereador Antonio Donato, pela oportunidade importante de estarmos presentes.

Queremos abordar pontos brevemente: o perigo social e as consequências negativas das remoções apontadas por estudos acadêmicos; o papel das metrópoles em relação à sustentabilidade e à transição energética na região metropolitana; o papel da Vila Nova Esperança como comunidade sustentável; e, num contexto mais global, não só local, de mudanças climáticas, e do imperativo à transição energética.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. ANDREA LAMPIS – No próximo *slide*, queremos ressaltar o tema do perigo social. São muitas as razões utilizadas pelos órgãos públicos para justificar remoções, algumas delas difíceis de serem contestadas, como aquelas em que há população na chamada área de

risco, onde ocorrem deslizamento de terreno em épocas de chuvas, por exemplo, ou áreas que são inundadas por causa de chuvas, que não é o caso da Vila Nova Esperança.

A Vila Nova Esperança é atingida por um processo, consideramos, de despossessão, que é sistemático na Região Metropolitana de São Paulo. A remoção aparece como a solução mais fácil, e perigosa, num contexto de violação do direito constitucional à moradia digna.

Com base em dados registrados pelo prestigiado e importante Observatório de Remoções, na cidade de São Paulo, dirigido pela USP, USP-ABC e da Unifesp –, no período de 2015 a 2021, de forma registradas, remoções de mais de 37 mil famílias em toda a Região Metropolitana de São Paulo.

Dados recentes do relatório publicado pela Rede MapBiomas apontam o crescimento das favelas no país, ocupando área de 106 mil ha, com maior concentração em São Paulo, prova do aumento da desigualdade social.

O argumento da necessidade de urbanização das favelas, do risco de desastre das obras públicas e da proteção ambiental são utilizadas como estratégias para ocultar o potencial de desenvolvimento social, ambiental e econômico dessas comunidades, e dar passos a projetos de financeirização da pobreza e das necessidades sociais, cuja lógica é a rentabilidade privada, ou seja, resolver a pobreza endividando os pobres.

Podemos passar a outro *slide*.

É importante ressaltar que a remoção de uma população que ocupa de forma irregular uma área significa também perdas e prejuízos, por terem construído e mantido durante muitos anos uma moradia. Significa também expropriação, expulsão. Representa, ainda, a destruição de sonhos e esperanças de uma vida melhor para a família. Mesmo quando se propõe uma nova moradia, na maioria das vezes, o novo local não vai manter as relações de vizinhança, não vai corresponder aos hábitos de vida, significando perda significativa da qualidade de vida que tinham na moradia que foram obrigados a abandonar.

A Vila Nova Esperança, desde 2011, busca realizar esforços para viver em harmonia com o meio ambiente, criando, como já foi lembrado, uma horta, uma cozinha e um parque

comunitários. A Vila Nova Esperança, de forma autônoma, buscou meios para viver de forma sustentável em comunidade e conseguiu ótimos resultados, sendo possível até mesmo a geração de renda para os próprios moradores. Por isso, a Vila, como outras experiências importantes no Brasil, tem sido objeto de reconhecimento institucional com o Prêmio Milton Santos, no ano de 2014.

Uma coisa que está representada nesse *slide* que estão vendo é o assunto político que está detrás desses processos, porque existem ferramentas no Plano Diretor Estratégico para orientar esses processos, bem seja, como lembrou a advogada, até uma maior consolidação, e até, como vamos propor, uma possibilidade ainda mais visionária frente à qual a cidade de São Paulo está em dívida não somente com os seus próprios moradores, mas, podemos dizer, com a região inteira, e a América Latina, pela importância que tem quanto à poluição, à emissão de CO2 – anidrido carbônico.

Passemos a outro *slide*, por gentileza.

Quero ressaltar que a Vila Nova Esperança é uma ocupação cujo início se deu já em 1996, e atualmente é local de moradia de mais de 500 famílias.

Acreditamos que é importante pensar que pode existir um processo de auto-organização respaldado, apoiado pela institucionalidade pública, como também, sim, se estabelece no Plano Diretor, que coloca um conjunto de elementos para que esse processo de auto-organização, através da constituição do conselho diretor, se concretize e seja exitoso.

Então o ponto que gostaríamos de colocar – para concluir, porque o tempo é muito limitado para esta apresentação – é o que está colocado no próximo *slide*: pensamos que temos a possibilidade de gerar comunidades urbanas ecologicamente, ambientalmente, sustentáveis. E nós propomos que se identifique a possibilidade de a comunidade ser um exemplo, um estudo de caso, de redesenvolvimento sustentável dessa área, na mesma linha de sustentabilidade ambiental que a comunidade já teve em relacionamento com o Parque Tizo, sendo uma comunidade que, junto às ações ambientais, avance no projeto de cooperativismo, de energia distribuída – painéis solares, por exemplo –, para autogeração, e também a geração de energia,

que favoreça a cidade. A cidade precisa de grupos, que podem ser de pelo menos 20 pessoas, que construam cooperativa para produzir a sua própria energia, que pode ser distribuída na cidade e gerar um grande benefício, em vez do prejuízo que a comunidade gera nesse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Prof. Andrea.

Eu gostaria de ouvir o representante da Secretaria de Habitação do Município de São Paulo, o Sr. Ricardo Luiz Alvarez Ferreira, para falar sobre a posição da Prefeitura de São Paulo.

O SR. RICARDO LUIZ ALVAREZ FERREIRA – Boa tarde, Vereadores Donato, Silvia e Thammy.

Queria pedir licença para cumprimentar a Karina, minha amiga de Câmara de muito tempo, a Bianca e a Cris, assessora do Vereador Thammy e minha grande amiga da Candelária, a maior técnica de regularização fundiária do país. Queria cumprimentar também os membros do CMH, em nome do Dito, que eu já vi aqui agora, e o público todo presente na galeria também.

A Prefeitura de São Paulo recebeu, por parte da Associação Independente da Vila Nova Esperança, um pedido de regularização fundiária dessa área, e esse pedido foi tramitado dentro da secretaria. Ele foi classificado como uma Reurb de interesse social e, dentro dos trâmites da lei 17.734, que é a lei municipal da regularização fundiária, nós informamos à CDHU da existência do processo de regularização fundiária e dessa classificação e, por todos os motivos já expostos aqui pelo representante da Secretaria de Habitação, da CDHU, esse pedido foi contestado pela CDHU, baseado principalmente na existência dessa decisão da Justiça, que deu trânsito em julgado ao pedido do Ministério Público Ambiental.

A área foi classificada exatamente porque ela está numa ZEIS. Ela cumpre os requeridos da legislação municipal sobre a necessidade para regularização fundiária, mas é importante a gente dizer que o processo de regularização fundiária dessa área especificamente não faz parte do plano de metas dessa gestão, exatamente porque a área ainda precisa de obras de infraestrutura, como esgoto, asfalto, drenagem entre outras.

É importante deixar claro também que existe mapeado pela Prefeitura de São Paulo

riscos R2 e R3 em uma parte da área, o que também se exige a necessidade de isso ser sanado antes da existência ou da continuação de qualquer tipo de processo de regularização fundiária, mas hoje realmente o grande impeditivo é a sentença existente, que não nos permite que se dê continuidade ao processo de regularização fundiária, exatamente pela existência do parque, que é o que a gente está discutindo aqui agora.

Não temos muito mais a acrescentar, Vereador. Estou à disposição para tirar qualquer dúvida, mas acho que deu para entender que a secretaria está trabalhando na área também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Maria de Lourdes Andrade Silva, da Associação Independente Vila Nova Esperança.

A SRA. MARIA DE LOURDES ANDRADE SILVA – Boa tarde a todos.

Queria agradecer também aos Vereadores Donato e Thammy por essa audiência pública. Esse é o momento que nós, da Vila Nova Esperança, sempre sonhamos. É poder estar diante de todos os órgãos responsáveis por essa área. Eu sei que o dono da área é a CDHU e uma coisa que me deixa muito triste é quando falam que vão tirar os moradores da Vila Nova Esperança, porque eles estão degradando e estão dentro de uma área de preservação ambiental.

Gente, isso não entra na minha cabeça. Como querem tirar a natureza dentro da natureza? Isso sempre me deixa triste, porque a natureza foi feita para a natureza. O ser humano é natureza. Então, não adianta querer cuidar da mata e não cuidar do ser humano. Então, essa é sempre a minha fala.

Gente, me desculpa o que eu vou falar aqui agora. Se vocês olharem, dentro daquela mata que há ao lado da Vila Nova Esperança, quantos sítios há ali? Ninguém mexe. Será que as fezes das pessoas que têm dinheiro é vitamina para a mata e do pobre é veneno? Vocês me desculpem a minha expressão. É porque eu fico indignada em ver isso.

Então, desde 2003, eu venho lutando. Eu venho fazendo trabalho de sustentabilidade

dentro daquele espaço, para deixar aqueles moradores ali. Quem me conhece sabe. Aqui nesta Casa, a casa do povo e a minha casa também, eu não vim uma vez só brigar pela Vila Nova Esperança.

A doutora aqui, essa doutora aqui, ela sabe, a Promotora Karina, que eu já fui procurá-la não uma vez só, para fazer com que a Vila Nova Esperança permanecesse onde está. Uma coisa que eu também não entendo é porque há um processo em que a vila não pode participar e que os moradores não podem participar e que os moradores não têm voz. Eu sempre falo: “Gente, por que a gente não tem voz dentro desse processo?” Nós somos as pessoas mais prejudicadas dentro desse processo e não temos voz dentro desse processo. Nós já fizemos várias ações dentro da comunidade. “Têm que tirar os moradores porque lá eles estão dentro de uma área de preservação ambiental.” Eu já pedi ao Promotor do Meio Ambiente para levar, para dentro da comunidade da Vila Nova Esperança, educação ambiental. Eu pedi tanto e ele não me ouvi. Eu mesmo, sem nenhuma sabedoria, resolvi levar eu mesma educação ambiental. A primeira coisa que eu fiz, dentro daquela vila, foi chamar os moradores, alunos, professores e várias faculdades, para a gente fazer limpeza dentro da comunidade, porque a gente não tem uma coleta de lixo dentro da nossa comunidade. Somos nós mesmos que fazemos.

Hoje nosso trabalho é reconhecido em vários países, em mais de 150 países fora do Brasil, e eu não entendo por que tirar a Vila Nova Esperança. Eu não entendo. Eu queria poder entender. “Ah, é por causa do meio ambiente?” Por que por causa do meio ambiente, se há tanta gente morando dentro do meio ambiente e ninguém faz nada? Ou por que nós somos pobres? Muitas vezes, o povo diz que a lei da escravidão já acabou. “Aqui todo mundo tem direitos iguais.” Mentira. Nós não temos os direitos iguais, porque, se nós tivéssemos direitos iguais, a gente estava dentro da Vila Nova Esperança. Nós não estaríamos, nesse momento aqui, lutando para não sair da Vila Nova Esperança.

Então, gente, nós já fizemos, dentro da Vila Nova Esperança, horta. Nós já fizemos até área de risco. A gente tem feito contensão da nossa forma, porque o Poder Público vai lá e diz: “Você está numa área de risco.” Eles só sabem levar para você, mostrar para você que você

está errado, mas eles não sabem lhe mostrar como você conserta o seu erro, e nós mesmos temos nos virados nos trinta para procurar consertar, fazer um erro que eles nos mostram e nem eles mesmos nos ajudam a consertar. No caso mesmo do nosso esgoto, nós fizemos um projeto de esgoto. Nós temos dois projetos de esgoto feitos, um na base do tradicional e outro ecológico, porque o nosso sonho é transformar a Vila Nova Esperança numa vila ecológica.

Muitos jornais chamam a Vila Nova Esperança de vila verde. Como sustentabilidade, a Vila Nova Esperança é exemplo para outros lugares. Vocês podem buscar no *Google*, que vão ver quantas matérias há. Na semana passada, havia uma TV do Japão gravando com a gente, fazendo uma matéria com a gente, para mostrar o nosso trabalho. Então, gente, eu não entendo por que tirar a Vila Nova Esperança.

Tenho dito - e a Juliana está com a gente desde o início lutando - para fazer com que essa vila fique no espaço que está. Eu já fui buscar Direitos Humanos, eu já fui buscar Defensoria Pública e eu já fui buscar o que vocês pensarem de Poder Público, para poder resolver a situação da Vila Nova Esperança.

Desculpe-me, gente, mas eu acho, às vezes, que se a Vila Nova Esperança não ficar, aí é político, é jogo político, porque não é impossível uma coisa como essa. Quem vai para o lado de Cotia, ali para o lado da São Paulo II, vai ver o desmatamento que está. Nós, Vila Nova Esperança, não estamos desmatando nada. Pelo contrário, nós plantamos 500 mudas de plantas.

Está cheio de ipê dentro da Vila Nova Esperança. Quem plantou fomos nós, moradores.

Então, gente, eu queria pedir à CDHU. Eu sei que vocês estão sendo processados também para tirar a gente, mas eu queria pedir também para vocês. Agora há uma Promotora que era de Meio ambiente, mas hoje é de Habitação.

Dra. Karina, por favor, nos ajude. Nos ajude, porque o nosso sonho está sendo destruído.

E eu queria falar com esses moradores da Vila Nova Esperança, que o sonho que se

sonha junto vira realidade, mas é sonhar de verdade, ir à luta, todo mundo junto. Isso vira realidade. Agora quando fica de mão, de braços cruzados, isso vira pesadelo e fica a dica.

Obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado.

Eu queria registrar a visita à Câmara Municipal dos alunos de estudo de políticas em pauta, da USP. O coordenador é o Lucas Calderari. Muito bem-vindos aqui.

Tem a palavra a Sra. Karina Keiko Kamei, que é da Promotoria de Habitação e Urbanismo.

Muito obrigado pela presença.

A SRA. KARINA KEIKO KAMEI – Bom dia a todos.

Eu que agradeço o convite e a oportunidade de estar aqui depois de mais de dez anos revendo algumas pessoas. Salvo engano, eu vi a Claudimara na plateia, a quem eu conheci em Taboão da Serra, quando eu era Promotora lá. Eu acho que a Sra. Maria de Lourdes se refere a mim também quando eu era Promotora de Taboão. Eu fui Promotora de 2001 a 2009 lá, e realmente eu conheci a área da Vila Nova Esperança. A Ângela Amaral, que era Secretária de Habitação e Meio Ambiente, levou-me até lá e a gente começou a trabalhar mesmo naquela área, mas aí foi constatado que ela dividia São Paulo e Taboão da Serra, e aí eu perdi a minha atribuição, porque quem cuida dessas junções - quando uma área tem dois municípios - quem cuida é o Promotor da capital, e aí veio para o Dr. Luti, que era Promotor de Meio Ambiente aqui da capital e foi ele que entrou com a ação e depois também firmou o TAC referido pela CDHU e pela Prefeitura também.

O Sr. Ademir falou que foi proposta a regularização fundiária da área, mas o Ministério Público, na parte ambiental, não aceitou essa proposta. Eu não posso falar pelos colegas do meio ambiente.

Sra. Maria de Lourdes lá, em Taboão, eu era Promotora de Meio Ambiente e Habitação também. Aí fica mais fácil, porque fica num Promotor só, mas agora aqui, na capital, não. São seis Promotores de Meio Ambiente e seis Promotores de Habitação, e agora eu estou

na Habitação, mas o meu colega aqui está no Meio Ambiente, que sucedeu o Dr. Luti. Ele sabe que eu estou participando dessa audiência pública e, desde já, eu me comprometo a levar tudo o que foi falado aqui para ele.

Eu acho que, enquanto o Ministério Público não aceitou essa regularização, não havia legislação para que fosse aceita. Hoje o cenário legislativo está bem diferente, principalmente com a lei da Reurb.

Então, eu vou levar para ele. É claro que quem preside lá o processo é ele, mas eu vou levar para ele essa possibilidade, de a gente discutir a regularização fundiária da área, do núcleo habitacional.

Eu estudei o processo hoje. É claro que o TAC é voltado para o meio ambiente, porque foi feito por um Promotor Ambiental e a ideia, pelo que eu entendi do Sr. Lute, era juntar dois maciços de Mata Atlântica.

Se eu estiver errada depois, por favor, Ademir... O senhor acompanhou todo o processo. Eu acho que a ideia do Ministério Público era essa: juntar dois maciços.

Eu acho – tenho certeza – que a gente pode voltar a pensar na regularização, mas como de fato é uma área ambientalmente significativa, a gente vai precisar de estudos. A própria lei exige que, quando em APP, tem que ter estudos para dizer que vai melhorar a qualidade ambiental. Não só a qualidade ambiental para as árvores e para os animais, mas para os seres humanos também. Então eu acho que a gente precisa do especialista para dizer se realmente há necessidade da retirada da comunidade dali para fazer a interligação entre os maciços. Eu não sei que tipo de animal ainda tem, não sei. Acho que a gente vai precisar procurar esse estudo.

Mas eu adianto, por tudo que foi falado aqui, que eu acho que há possibilidade, sim, da regularização fundiária e urbanística da área. Até usando compromissos da população de continuar ajudando na preservação dos parques, porque daí, se de fato permanecerem ali, eles vão ser vizinhos de dois parques bem grandes e significativos numa área urbana superadensada. Então o que eu posso dizer é que eu me comprometo a levar o assunto ao Dr. Carlos Henrique

já com a minha tendência de buscar a regularização. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Muito obrigado, Dra. Karina. A gente começa a achar um caminho.

Quero explicar como a gente vai funcionar a partir de agora. Nós temos este espaço até 17h, são 16h, então nós temos uma hora para ouvir as pessoas que se inscreveram. São cerca de dez inscritos, por volta de três minutos cada um e um espaço para a gente fechar.

A gente promoveu este espaço no sentido de buscar uma saída que seja uma solução digna para os moradores, na medida que a gente considera que a solução apresentada pelo CDHU não é uma solução que... Não foi tocado aqui, mas o CDHU chamou as famílias e ofereceu um empreendimento habitacional, o chamado Raposo, na Raposo Tavares, e uma assinatura de um crédito habitacional que compromete 20% da renda das famílias. Nós já vimos esse filme em vários conjuntos habitacionais. É só ir no Sapé ou em outros locais. Se a pessoa ganha 2,5 mil reais de renda familiar, vai ter 500 reais de compromisso com a prestação, mais 300, 400 reais de condomínio porque é um prédio, mais água, mais luz, e ela não vai conseguir pagar. O resultado, em geral, é que ela vende por qualquer preço e volta para uma área pior; esse é o resultado de uma política habitacional que não é pensada sistemicamente.

Por tudo que já foi falado aqui, porque essa ação é de 2004 e, como a promotora disse, tem todo um arcabouço legal de lá para cá que evoluiu muito. Em 2014, o Plano Diretor marcou como ZEIS, Zona Especial de Interesse Social. Tem a Lei do Reurb e a própria Prefeitura e o próprio CDHU entenderam que caberia a urbanização, então falta um pouquinho de sensibilidade, só.

Sem querer entrar na atribuição do promotor do meio ambiente, ele tem a visão dele, mas é um caso que tem que ter outro olhar, além do meio ambiente, que é das pessoas. São 800 famílias, um bairro consolidado que, com poucas intervenções, você resolve qualquer problema ambiental que possa estar sendo gerado pelo esgoto, então a gente vai buscar esse caminho.

Se a Dra. Karina achar que vale a pena, a gente pode marcar uma reunião com o Dr.

Mario Sarrubbo, que é o Procurador-Geral do Ministério Público, porque quando existe mais de uma promotoria com decisões conflitantes, a gente recorre ao Procurador-Geral no sentido de harmonizar essas decisões e tentar encontrar um caminho.

A gente pode montar uma comissão de vereadores - o Thammy, a Silvia, a Ely e outros vereadores que se interessem pelo assunto - para que a gente possa achar uma solução que não seja uma solução que não é solução. Hoje, a solução que tem não é solução, na minha opinião.

Então eu gostaria de me manifestar dessa forma. Eu gostaria também de perguntar aos Srs. Vereadores, à Sra. Vereadora se querem se manifestar neste momento. Depois eu abro a palavra para todos inscritos. A gente vai procurar encerrar até 17h, mas como tem dez inscritos, é possível a gente conseguir controlar o tempo e entregar este auditório para outra atividade.

Existem outras centenas de pessoas que estão no auditório externo assistindo pelo telão, então quero agradecer a presença. A participação da população na audiência pública sempre enriquece muito todos os processos.

Com a palavra, Vereador Thammy.

O SR. THAMMY MIRANDA – Obrigado, Presidente. Boa tarde a todas, a todos.

Gostaria de reiterar que a Vila Nova Esperança existe, sim, e no que depender de mim ela vai continuar existindo. A gente vai lutar até o fim para que ela continue existindo.

A gente está hoje discutindo a desocupação de uma área que não é uma ocupação irregular, é uma comunidade que existe desde os anos 1960. Muitos dos vereadores daqui nem tinham nascido ainda. E, quando a gente fala em comunidade, a gente está falando da vida de 870 famílias que vivem lá, mais de três mil pessoas vivem lá. E a gente tem que considerar que essas pessoas pagaram para estar lá, compraram seus terrenos, investiram seu dinheiro suado, e muita gente se livrou do aluguel desse jeito e, assim, teve uma melhor qualidade de vida.

A gente está aqui falando de uma comunidade muito organizada, que é a maior responsável por sua própria urbanização e desenvolvimento. É uma comunidade premiada; aqui mesmo, nesta Casa, em 2014, teve o Prêmio Milton Santos como exemplo de sustentabilidade,

o que para mim é a maior prova de que eles conseguem, e muito bem, preservar e conviver com a Mata Atlântica de forma adequada e sem degradação.

Eu já estive lá muitas vezes, já tomei o suco de manjerição da Lica que é sensacional, muito bom, já levei algumas folhinhas da horta que também é uma delícia, muito bem cuidada. Para quem não conhece o que acabei de falar, lá tem uma hora comunitária que foi um projeto também premiado e reconhecido internacionalmente. Tem uma biblioteca feita de construção sustentável, uma cozinha comunitária, tem brinquedoteca, teatro, pesqueiro, além da coleta seletiva de lixo e cisterna que recolhe água da chuva e uma fossa ecológica para evitar a contaminação do solo. Tem um biodigestor, eles produzem o próprio gás. Tem noção disso?

É tudo muito organizado pelos moradores, às vezes com apoio externo, outra vez com nenhum apoio, mesmo assim eles continuam fazendo acontecer. Aí eu pergunto: por que tirá-los dessa área de preservação que é preservada por vocês mesmos? Por que tirar de uma área de preservação de vocês cuidam, se vocês preservam? Inclusive a manutenção da comunidade em termos financeiros também é mais sustentável e mais barata que a remoção.

Então a permanência dos moradores no local não prejudica a implantação do parque ou de qualquer outro projeto, nem representa qualquer ameaça à Mata Atlântica. Já teve sentença nesse sentido afirmando inclusive que a Comunidade Vila Nova Esperança não fazia parte da área do Parque.

Por todos esses motivos eu sou totalmente a favor da permanência dos moradores no local, inclusive porque eu respeito a trajetória de luta de cada um de vocês que moram lá, a construção da casa de vocês, dessa comunidade organizada e sustentável. Eu respeito também o direito à moradia adequada e é dele que decorre inclusive a proteção contra a remoção forçada.

Então eu reafirmo para vocês que, no que depender de mim, até o último dia eu vou lutar com vocês para que a Vila Nova Esperança exista e continue existindo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Thammy.

Com a palavra a Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Boa tarde a todas, todos e todes.

Primeiramente quero parabenizar o Vereador Antonio Donato por estar promovendo esta audiência pública pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, de que eu também sou membro.

Quero também parabenizar os moradores da Vila Nova Esperança que se organizaram muito, encheram o plenário da Câmara, também o plenário externo está lotado, então uma organização muito importante, que não é fácil, é difícil vir aqui num dia de semana, e vocês se organizaram e vieram. Parabéns também para a D. Maria de Lurdes, representando a Associação. Cumprimentar os meus colegas, além do Vereador Donato, também o Vereador Thammy que, pelo que falou, tem um trabalho lá na comunidade.

Eu acho que a fala da Promotora Karina nos deu uma esperança - à comunidade da Vila Nova Esperança – exatamente de que é possível ter a regularização fundiária da comunidade. Ou seja, não é que vai ter, vai ter ainda uma luta para ser feita, mas existe a possibilidade de correr atrás e de conseguir. Eu acho que hoje todo mundo sai daqui com o coração mais esperançoso de realmente conseguir essa regularização fundiária e não correr o risco de ter a remoção dessas 800 famílias.

E por que é possível? Porque não são incompatíveis famílias com preservação ambiental. E por que não é incompatível? Porque o ser humano... é verdade que o ser humano muitas vezes depreda a natureza. É verdade que existem, sim, organizações criminosas que fazem loteamento clandestino para ganhar dinheiro, cortam as árvores.

Mas também é verdade que existe uma maioria de seres humanos que querem viver com dignidade, que querem preservar as nascentes de água, que querem preservar os parques, que querem preservar as árvores, que querem fazer horta, que querem fazer as coisas que vocês, pelo que foi descrito aqui, já fazem.

Então é totalmente compatível vocês estarem morando lá e vocês preservarem aquela natureza. Nas palavras da D. Maria de Lurdes, fazer uma vila ecológica que pode ser exemplo para São Paulo, pode ser exemplo para o mundo.

Porque não adianta remover essas famílias, colocar essas famílias em lugares em que vocês não vão conseguir pagar, para depois vocês terem de voltar de novo para uma área de risco. Isso não é racional. Racional é vocês permanecerem no local, terem a regularização fundiária, terem a segurança da posse da casa de vocês e preservarem a natureza, os parques e serem exemplo de preservação ambiental com moradia digna.

Acredito que o exemplo da Vila Nova Esperança pode, sim, ser concretizado, e contem com a gente, com o nosso mandato, com a Comissão de Política Urbana para conseguirmos essa conquista, essa vitória.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereadora Sílvia.

Estão encerradas as inscrições para a nossa audiência pública. Vou começar a chamar os inscritos. A primeira que se inscreveu foi a Sra. Vitalmira Gonçalves dos Reis. Está presente? Se inscreveu pelo *site*, eu acho. (Pausa) Sra. Marciene Alves de Souza. (Pausa) Sra. Maria Alves de Souza. (Pausa) Dr. Benedito, do Centro Gaspar Garcia. Está *on-line*. Com a palavra.

O SR. BENEDITO BARBOSA – Estão me ouvindo? Acabei de sair da reunião da comissão eleitoral do conselho municipal de habitação. Então, não pude participar presencialmente da audiência, mas quero deixar um abraço a todo o pessoal da Vila Nova Esperança, Lia, Dona Maria de Lourdes, e deixar, também, um abraço a todos os Vereadores: Thammy, você e a Sílvia que tem nos ajudado em vários locais, pela comissão de política urbana, em várias comunidades.

Só quero dizer uma coisa – porque já fui muito contemplado com todas as falas, mas, especialmente -, fiquei muito emocionado com a fala da Lia na audiência pública.

Quero dizer que a proposta da CDHU para as famílias na assembleia que nós tivemos é péssima para as famílias, não atende seus interesses, mas quer resolver o problema mais da CDHU do que que povo de Vila Nova Esperança, porque é um absurdo fazer uma proposta em que as famílias tenham que pagar 20% da sua renda e abandonar uma casa em

que elas já moram, já construíram, as casas são todas de alvenaria, sobrados e casas de qualidade, para pagarem uma prestação por trinta anos na CDHU. É uma proposta absurda.

A maioria do nosso povo, porque nós fizemos uma assembleia, falou que é contra essa proposta.

Acabei de sair da Secretaria de Habitação e quero dizer que a Vila Nova Esperança precisa ser imediatamente regularizada, com um projeto de urbanização da Vila, a CDHU tem que fazer esse projeto de urbanização, atender essas famílias que estão em situação de risco - que é um número mínimo -, e a gente fazer um projeto, como já foi dito, ecológico e conjunto, porque a Vila já é uma referência em proteção ambiental. Devo lembrar que temos uma ação de usucapião dessa área que é área de ZEI.

Já estou muito contemplado com todas as falas e muito emocionado com esta audiência pública.

Queria agradecer a todos e deixar um abraço à Dra. Camila que nos deu mais esperança – e a Vila Nova Esperança tem esse nome. Então, a gente sai dessa audiência – estou indo para o Grajaú organizar o Encontro de Favelas da Zona Sul – com muita esperança e muito animado, esperando, de fato, que haja uma solução.

A proposta da CDHU não serve para Vila Nova Esperança porque não atende as famílias, ainda mais aquelas que teriam que abandonar suas casas para pagarem prestações, condomínio, sei lá mais o que para a CDHU.

Era isso o que eu queria dizer, deixando um abraço para todo mundo, considerando que a nossa companheira Juliana, nossa advogada que está aí, trouxe os argumentos jurídicos em defesa de Vila Nova Esperança.

Um abraço e vida longa à Vila Nova Esperança. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Dito.

Tem a palavra o Sr. Paulo Roberto Neves Oliveira; em seguida, o Sr. Jardel Alves Cordeiro.

O SR. PAULO ROBERTO NEVES OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Quero

cumprimentar a mesa; Vereador Antonio Donato; Vereador Thammy Miranda; Dona Maria de Lourdes; Dra. Juliana e os demais; a ambientalista Andreia que falou e gostei muito de sua fala.

Moro na Vila Nova Esperança. Doutora, eu gostaria que colocasse esse vídeo primeiro. É possível? Tem áudio? Após o vídeo, eu dou minha opinião como morador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – É curto?

O SR. PAULO ROBERTO NEVES OLIVEIRA – Dois minutos e meio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Está bom.

O SR. PAULO ROBERTO NEVES OLIVEIRA – Se não conseguir não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Eu acho que você poderia falar, Paulo.

Porque tem uma dificuldade técnica.

O SR. PAULO ROBERTO NEVES OLIVEIRA – Vamos lá, a gente ganha tempo.

Depois eu passo para quem interessar e para a imprensa da Casa.

Bom, pessoal, eu sou o Pastor Paulo. Moro na Vila Nova Esperança há 19 anos. Sou testemunha principal do processo. O que se discute aqui não é se Vila Nova Esperança vai sair ou não, primeiro, se discute no processo da 8ª Vara, um processo antigo, que teve uma queimada.

- Apresentação de vídeo. Interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Pessoal, desista do video e deixe ele seguir, por favor.

O SR. PAULO ROBERTO NEVES OLIVEIRA – Vamos lá, eu moro há 19 anos e quero ler alguma coisa para vocês e denuncia. Tem alguém representando a CDHU aqui?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Está *on-line*.

O SR. PAULO ROBERTO NEVES OLIVEIRA – Gostaria de falar olhando nos olhos da CDHU. Gostaria de chamar a atenção da OAB de São Paulo, principalmente, a Presidente da OAB, que é uma mulher muito guerreira, que olhasse para o que está acontecendo em Vila Nova Esperança; os ambientalistas: Vila Nova Esperança existe desde 1956; não destrói a mata. Vila Nova Esperança preserva.

Em 2013, fizeram uma espécie de powerpoint, colocando Vila Nova Esperança do lado direito, dizendo que nós fazíamos parte do Parque TIZO. O doutor da Costa Maciel, saudoso, era o nosso advogado e está no processo. Essa Sra. Sebastiana do Prado Souza é a dona dessas terras. CDHU não prova nada. Não há o que se discutir aqui, com todo o respeito às autoridades e ao Ministério Público e até a parte ambiental Dra. Karina, ambientalista que falou, não há o que discutir. O que temos que discutir é a origem da terra ou, então, temos que rasgar a constituição. São leis, nós temos o direito. A terra existe desde 1956. A Sra. Sebastiana do Prado Souza é dona, a filha dela está lá fora, Donato, a Violeta, tem 42 anos, nasceu e se criou lá. Vila Nova Esperança não desmata, muito pelo contrário.

Há o que se elogiar a Sra. Maria de Lourdes em razão da preservação ambiental. Discordo dela em vários aspectos. Discordo dela quando ela entra num carro da CDHU e fica apoiando, dando comida a CDHU, e eles batendo e fazendo terrorismo com as famílias de Vila Nova Esperança, dizendo que as famílias precisam aderir a um programa de habitação criminoso, da forma que eles fazem, com especulação imobiliária por trás, querendo enfiar uma dívida de trinta anos nas famílias. Disso, eu discordo.

E queria ler algo para vocês, porque é que – eu até gosto muito e tive a oportunidade de conhecer pessoalmente a Dra. Juliana e o Dito, mas existe um interdito proibitório que está aqui. O Juiz Jorge Paulo Scartezzini, da 4ª Vara do Fórum de Pinheiros disse: “Não há o que se discutir; esse pessoal está na posse mansa e pacífica da terra. A Vila Nova Esperança não faz parte do Parque Tizo”.

A Vila Nova Esperança é uma área de 73 mil metros quadrados. Foram unânimes três peritos: um perito pela CDHU, um perito pelo juiz e um perito pago pelos moradores. Os três foram unânimes: Vila Nova Esperança é uma terra que era da Sra. Keiko e seu esposo, que vendeu para o Sudao Umamura – estou falando da origem da terra – e que transmitiu, por meio de cessão de posse, à D. Sebastiana do Prado Souza. Ela é a dona daquilo, e nós conseguimos provar por a mais b, como a Vila Nova Esperança não está dentro do Parque Tizo que nem

Parque Tizo é mais, hoje, é Parque Jequitibá, e ninguém provar que Vila Nova Esperança invadiu mata ou fez isso. O que falta em Vila Nova Esperança são as políticas públicas lá dentro.

O Vereador Donato marcou uma reunião, à época, para colocar transporte lá. Não vou citar nomes, mas fui ameaçado para não colocar o transporte. A gente queria que os Correios entregassem as cartas, porta a porta, pediram que colocassem as plaquinhas com o Edilson, com a igreja de lá, com o Naldo que deve estar na plateia, se não me engano – esse senhor me deu 50 reais de doação –, nós colocamos as placas nas ruas. Foram e quebraram todas, porque a política que está por trás, a D. Maria de Lourdes e Vila Nova Esperança são reféns de um sistema criminoso e da especulação imobiliária que está por trás da CDHU.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Conclua, por favor.

O SR. PAULO ROBERTO NEVES OLIVEIRA – Já vou concluir. Então, o que é preciso ser feito: que Ministério Público e OAB acompanhem esse processo. Nós não estamos discutindo a saída de Vila Nova Esperança. Está aqui o documento. Eu vou ler a sentença do juiz ou, então, a gente vai rasgar a constituição e jogar fora, senhores.

Já estou concluindo, Presidente. Diz assim: “somadas as três matrículas de uma área de 1.541.000 ou seja, maior do que a delimitação do Parque TIZO, sendo que a área que sobra é, justamente, onde se encontra a associação. Assim, se a comunidade de moradores não integra a área protegida pelo Decreto de instituição de área de proteção permanente, não teria o porquê da remoção das famílias com base nesta decisão.

Por isso julgo procedente a presente ação para manter os associados da autora na posse do bem. Condeno à ré que a CDHU ao pagamento de 2 mil reais das custas processuais”.

É isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado.

O Sr. Jardel Alves Cordeiro; em seguida, Sr. Francisco Antonio Nascimento.

O SR. JARDEL ALVES CORDEIRO – Boa tarde, Presidente da Mesa.

Quero, em primeiro lugar, agradecer e parabenizar pela oportunidade de nos colocar diante de uma questão tão flagrante e vem nos conduzindo a uma ilegalidade; quero agradecer

a presença do Vereador Thammy, da Vereadora Silvia, do Donato que conciliou essa oportunidade para nós de Vila Nova Esperança. Inclusive, é de muita bravura cada um dos moradores presentes, num dia de semana, estar lutando por um direito que já é de vocês.

Não há que se falar, meus caros, em remoção da Vila Nova Esperança. Haja vista que é um projeto, inclusive, reiterado várias vezes, com cunho de especulação imobiliária. O que a gente tem que decidir aqui é pela manutenção, como a Dra. Karina, membro do Ministério Público Ambiental, já tratou várias e várias vezes. O que a gente sai é de uma possibilidade para uma probabilidade de manutenção e direito dessas famílias a continuarem no imóvel em que já estão há mais de cinquenta anos, porque o direito à vida e à moradia não pode ser sobrepujado em nenhuma hipótese, com nenhum argumento, haja vista flagrante ilegalidade e fraude a nossa Constituição.

Tenho dito. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Jardel.

O próximo inscrito é o Sr. Francisco Antonio Nascimento.

O SR. FRANCISCO ANTONIO NASCIMENTO – Boa tarde a todos. Eu tenho que falar o pouco que eu sei pela comunidade; a gente trabalhou muito para ajudar a comunidade; nós temos uma ótima pessoa que nos ajuda bastante, que faz os corre para ajudar todo mundo de lá; tem gente que não tem nem o que comer. Se for para pagar um apartamento, tudo bem; se a gente tem que ficar na rua, a pessoa tem que fazer a opção de ir; só que tem gente que não tem o que comer. É a Lia que faz os corre dela, ajuda todo mundo, manda a gente limpar a rua, a gente limpa, tem as pessoas que trabalham com ela e a ajudam muito.

Então, o que eu tenho que falar é o seguinte: não sou contra falar de mal nem de bem, só que ela é uma pessoa muito decente e nos ajuda. Pronto e acabou. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Francisco.

A próxima inscrita é a Sra. Sônia Santos Barreto.

A SRA. SONIA SANTOS BARRETO – Boa tarde a todos.

Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui e levar à CDHU a consciência

de que nós, moradores da Vila Nova Esperança, compramos um pedacinho de terra ali e construímos a nossa casa e nós não temos condições de pagar apartamento. Eu acho que eu falo em nome de quase todos da Vila, porque não temos condições de pagar apartamento. Se eu, que estou ali há 15 anos, já tive dificuldade construir um cômodo para eu morar com a minha família, imagine como os muitos que nem têm condições de construir tudo vão conseguir pagar um apartamento durante 30 anos, além de pagar conta de água, de conta de luz, de condomínio, de gás, de alimentação e de remédio. Como podemos fazer tudo isso?

Eu acho que a CDHU tem que se conscientizar de que nós não temos essas condições e ter misericórdia do povo dali, porque muita gente ali passa necessidade. Eu trabalho, sim, e todos ali procuram trabalhar de alguma forma, sendo reciclando ou fazendo algum benefício pela Vila. Nós não somos agressores e estamos ali para ajudar a Vila. Por isso, eu quero que a CDHU se conscientize de que, se tirar o pessoal dali, vai estar matando muitas pessoas, e muitas vão voltar para lá ou para outro lugar pior. O que nós precisamos é de saneamento básico, de asfalto, porque a gente come terra naquele lugar. Nós precisamos de condução, porque a gente anda por 15 minutos naquela estrada. Eu saio do meu trabalho às 23h30 e ando sozinha por aquela estrada para voltar para a minha casa, apenas eu e Deus, porque eu não tenho outra opção, não tenho um carro para ir e vir, e o meu esposo trabalha fora. E muita gente passa por isso ali.

Então, o que eu quero é que as autoridades públicas tomem consciência de que nós precisamos do mínimo e de saneamento básico, e é justo, porque tem muitos bairros onde os ônibus entram e saem de becos, e ali a avenida é livre e ônibus consegue andar reto na avenida. Basta colocar um asfalto, colocar um ponto final de ônibus, que já existe, mas que só passa das cinco da manhã até as sete e meia da manhã; depois disso, das quatro e meia da tarde até as sete horas da noite. No restante do período, nós não temos condução. São mães com crianças de colo andando, são pessoas deficientes andando naquela estrada com a maior dificuldade, seja com chuva ou com sol. Por isso, nós estamos aqui gritando por piedade às autoridades públicas.

É isso que eu tinha a falar. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sonia.

Tem a palavra a Sra. Cícera Maria Lino.

A SRA. CÍCERA MARIA LINO – Boa tarde a todos e a todas. Eu agradeço a vocês que compareceram e, a vocês da Mesa, obrigado por tudo. Eu quero dizer para vocês que eu não me considero moradora de uma favela, não, eu moro em um bairro que nós construímos juntos. Ali não é favela, ali é um bairro que a gente construiu, que nós construímos.

Eu quero mandar um recado para o Poder Público: não vai ser assim, desocupando as casas, jogando as pessoas na rua, colocando as pessoas em um apartamento que elas não vão ter condição de pagar, que ele vai melhorar a situação do Brasil. Isso é praticamente jogar na rua. Tenham a santa paciência.

O outro recado que eu quero mandar é para esse moço que falou, o Dr. Paulo. A gente ali vai receber com o maior carinho e respeito todos que forem lá na Vila Nova Esperança, mas desde que respeitem a gente também. Ele falou que a CDHU foi lá, que comeu, que não sei o quê. A gente trabalha para todos que estiverem lá. Até ele, se quiser ir lá, pode ir que nós recebemos de braços abertos.

Era isso que eu tinha para dizer para vocês. Obrigada por tudo, pessoal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Cícera.

Tem a palavra o Sr. Ledinaldo da Silva Oliveira.

O SR. LEDINALDO DA SILVA OLIVEIRA – Boa tarde a todos.

Eu venho aqui para falar sobre essa questão de a gente ir para um apartamento. Eu acho que tem que ter mais uma solução em termos de perguntar para as pessoas se elas vão querer ir para o apartamento ou se elas vão querer outra forma de a CDHU ajudar no sentido de dar uma carta ou um valor para comprarem até mesmo um terreno onde elas quiserem. Eu acho que é melhor ela chegar para conversar e perguntar se a gente vai querer ir para o apartamento ou se a gente prefere outra forma de ajuda. Quem quiser ir para o apartamento, pode ir. Mas quem não quiser ir, não vai. Tem muita gente que tem animais, tem cachorro e gato, e tem todo

aquele processo.

É isso, gente. Boa tarde a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Ledinaldo.

Por último, tem a palavra o Sr. José Carlos da Silva Filho.

O SR. JOSÉ CARLOS DA SILVA FILHO – Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente, Vereador Thammy, Lia, doutora, senhores.

Em nome dos moradores da Vila Nova Esperança, eu gostaria de pedir para as autoridades que olhassem com carinho para as quase 800 famílias ou mais que moram na Vila Nova Esperança. Quem mora ali na Vila Nova Esperança hoje não está precisando de moradia, porque a gente já tem. A gente não está precisando de uma dívida para mais de 30 anos. O que a gente quer é deixar um bem material para os nossos filhos e não uma dívida, que vai ser o que vai acontecer com a maioria das pessoas que comprarem esse apartamento da CDHU.

O que a gente conquistou ali foi trabalhado, foi suado. Tem gente que até hoje está tentando construir suas casas e não consegue, porque, pelo pouco que ganha, ou compra material de construção, põe comida dentro de casa ou paga alguém para cuidar do filho, porque muitas vezes a creche é longe, depende de condução, como a companheira nossa falou, e tem que levar a pé. Não tem como.

Eu tinha mais coisas para falar, mas está dentro de muita coisa que a gente já ouviu aqui. Por isso, só quero agradecer e pedir para as autoridades olharem com um pouco mais de carinho para os moradores da Vila Nova Esperança.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, José Carlos, o último inscrito para falar nesta audiência pública.

Só para a gente encaminhar, eu quero dizer que audiência pública, na verdade, é espaço para escutar a população, para escutar os argumentos das várias partes. Não é para tomar uma decisão, mas para a gente ter um encaminhamento. A gente está com a presença da CDHU, que, até onde eu sei, se não estou enganado, deu o prazo até 17 de novembro para as

famílias assinarem a adesão, mas diante da fala do Ministério Público, porque toda essa situação inicia com uma ação do Ministério Público do Meio Ambiente. Na medida em que a Dra. Karina, Promotora de Habitação e Urbanismo, se dispôs a conversar com o seu colega do Ministério Público do Meio Ambiente para que a gente encontre algum outro caminho – visto que a ação é de 2004, quando a legislação era outra e hoje a área está grafada como ZEIS, ou seja, uma área a ser regularizada e urbanizada –, a Prefeitura de São Paulo, assim como a própria CDHU no fim de 2019, se manifestou pela urbanização para que a gente pudesse ter esse espaço de negociação e de construção de uma saída melhor para a população.

Por tudo o que a gente ouviu e com alguma experiência que a gente tem como Vereador há 18 anos nesta cidade, simplesmente as pessoas irem para um conjunto habitacional... Aliás, eu pesquisei e descobri no edital da CDHU que ela comprou 1.970 casas lá no chamado “raposão” por 180 mil reais; são apartamentos de 39,5, 40 metros quadrados. Quer dizer, para uma família de seis pessoas, se entrar uma, a outra tem que sair. Não dá. Imaginem o tamanho dos quartos, ainda mais se forem dois quartos, o tamanho da sala, o tamanho da cozinha. Então, pela manifestação das pessoas, me parece que essa solução não é uma alternativa real.

A gente, portanto, vai batalhar para que se tenha um novo entendimento e a gente queria que a CDHU entendesse isso também. Eu sei que o Dr. José Carlos, que está aqui, não pode dar essa resposta neste momento, e eu entendo a sua posição, porque ele não é o Presidente da CDHU, mas que ele se reporte à presidência e mostre que existe uma disposição de diálogo no Ministério público e que a Câmara Municipal, por meio dos Vereadores presentes, se dispõe a também ajudar nesse diálogo e encontrar uma solução que seja a melhor possível para as 800 famílias, que não chegaram ontem lá, que estão há dezenas de anos na Vila Nova Esperança. É um caso que o bom senso nos obriga a não aceitar essa decisão e a batalhar um outro caminho.

Eu queria só consultar só a Dra. Karina se a gente pode promover algum tipo de reunião ou se a senhora pretende primeiro conversar com o Promotor do Meio Ambiente e ver

qual encaminhamento a gente pode dar.

A SRA. KARINA KEIKO KAMEI – Vereador, eu prefiro primeiro conversar mesmo com o Dr. Carlos Henrique, que, de fato, é um Promotor com bastante sensibilidade. A gente sabe que, talvez, alguns colegas não tenham mostrado muita sensibilidade, mas não é o caso dele. Então, eu prefiro primeiro conversar com ele e depois, junto com ele, a gente dar os próximos encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Dra. Karina. De toda forma, se a senhora não se opuser, eu gostaria de pedir uma audiência ao Procurador-Geral do Ministério Público, Dr. Mário Sarrubbo, na medida em que existem duas Promotorias que precisam se harmonizar na sua decisão, a da Habitação e Urbanismo e a do Meio Ambiente, e o Dr. Mário, Procurador-Geral do Ministério Público, tem mostrado muita sensibilidade. Por isso, a gente vai apelar a ele e também deixar aberta aqui a palavra para a CDHU e para a Prefeitura de São Paulo se manifestarem e para outros convidados nossos para a última fala, já que a gente tem alguns minutos para entregar este auditório e encerrar esta audiência pública.

Tem a palavra o Sr. Ademir Marin.

O SR. ADEMIR MARIN – Sr. Presidente, a CDHU, na verdade, é demandada em todos esses processos. Primeiro, pelo Judiciário, e está, de fato, como eu disse no início, na iminência de um risco de sofrer consequências por essa demora na solução desse caso. Segundo, para essa questão específica, nós fomos demandados pelo ajuste que foi celebrado entre a CDHU e a Secretaria da Habitação do Estado. Lembrando ainda que a CDHU não é a única obrigada nesse processo, porque também existe a Fazenda do Estado. Portanto, o Estado está condenado, porque fez parte do TAC. Então, não é algo que fica à espera exclusiva da CDHU.

De toda sorte, como o senhor muito bem adiantou, nós não podemos falar em nome da companhia para efeito de qualquer encaminhamento, mas vamos, sem sombra de dúvidas, reportar todo o ocorrido para nossa presidência, para o Presidente Silvio.

Para finalizar, eu gostaria de agradecer todos a oportunidade de manifestar a

posição, o lado da CDHU e como é que ela se posiciona sobre esse problema todo.

Muito obrigado e muito boa tarde a todos. Peço licença para já me desligar em razão de outros compromissos que já tínhamos assumido.

Boa tarde, Vereador Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sr. Ricardo, representando a Prefeitura de São Paulo.

O SR. RICARDO LUIZ ALVAREZ FERREIRA – Vereador, eu só queria fazer um adendo: lembro que a CDHU foi a primeira, dentro do processo, que fez a solicitação de urbanização e conseqüente regularização fundiária da área.

Em junho de 2022, nós tivemos uma reunião com a Secretária de Habitação do Município de Taboão da Serra em que as duas secretarias também concordavam com a urbanização e com a regularização fundiária frente àquilo que já tinha sido apresentado pela CDHU.

Eu queria fazer esse adendo para trazer um pouco mais de justiça para a CDHU, que apanhou bastante, mas que foi a primeira a fazer essa solicitação de urbanização da Vila Nova Esperança.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Ricardo.

Eu cometi uma indelicadeza: não passei a palavra aos representantes da Secretaria de Habitação de Taboão da Serra.

Se quiserem fazer uso da palavra, fiquem à vontade.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tá, concorda com os encaminhamentos.

Muito obrigado. É isso?

Juliana quer falar alguma coisa? Não, acho que está encaminhado.

Então o encaminhamento está feito. Vamos, através da Dra. Karina, esperar essa

conversa dela com a Promotoria do Meio Ambiente, e, enquanto isso, vamos pedir uma conversa com o Procurador-Geral do Ministério Público, Dr. Mário Sarrubbo, para que procuremos achar uma saída que garanta a moradia e a existência da Vila Nova Esperança, com tantos trabalhadores e trabalhadoras que, com tantos esforços, construíram aquele bairro.

Registro a presença do nosso Vereador Suplicy, presente e solidário à causa. Muito obrigado, Suplicy, pela presença. (Palmas) Certamente vai estar junto. Se quiser fazer uso da palavra, rapidamente, fique à vontade. (Palmas)

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Eu também quero prestar, com o Antonio Donato, a minha solidariedade a toda a comunidade da Vila Nova Esperança, e [destacar] a forma pacífica, respeitosa, com que tem colocado o seu direito à terra, à habitação, à moradia. E quero me colocar à disposição, juntamente com o Donato.

Vocês sabem que nós dois seremos levados à Assembleia Legislativa no dia 15, que acho que é até mais perto da Vila Nova Esperança do que a Câmara Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – E lida com o CDHU, que é melhor ainda.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Então, Donato, quero me comprometer a ir junto com você na primeira visita que você fizer a eles. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Os Vereadores presentes, junto com o Vereador Suplicy, se comprometem a fazer uma visita à Vila Nova Esperança, pessoalmente, e também o Suplicy nos acompanhar [na reunião com o] Procurador-Geral do Ministério Público, para intermediar uma saída para essa situação.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Muito bem. Podem contar comigo. Estarei junto com vocês – Silvia e demais Vereadores que estarão junto. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tá ótimo.

Estamos buscando um caminho, ainda não temos a solução, mas estamos achando o caminho. Então vamos continuar mobilizados.

Quero agradecer muito a presença de todos os moradores e moradores que se deslocaram. Sabemos que teve gente que perdeu dia de trabalho. Mas é a luta pela moradia de

vocês. E vocês precisam estar unidos nesta luta para que tenhamos força para garantir essa moradia.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política, Metropolitana e Meio Ambiente.

Boa tarde a todos. Muito obrigado. (Palmas)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **19624** DATA: **10/11/2022** FL: **37** DE 37
